



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: **1009204-47.2017.8.26.0037**
Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Multas e demais Sanções**
Requerente: **Maria Lucia Lima da Silva**
Requerido: **'Município de Araraquara**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

MARIA LUCIA LIMA DA SILVA, ajuizou ação declaratória de nulidade de ato administrativo com pedido de antecipação de tutela contra o **MUNICÍPIO DE ARARAQUARA** alegando que em janeiro de 2015, contratou um jardineiro para que efetuasse a poda da árvore que fica em frente da sua residência, tendo em vista o fato de que esta estava ameaçando a segurança dos pedestres, bem como a rede elétrica. Ocorre que lhe foi imposta uma multa no valor de R\$ 1.109,75. Assim, pleiteou à título de tutela antecipada fosse o requerido impedido de inserir o valor referente à multa em dívida ativa, bem como adotasse qualquer método de cobrança e o final requereu a declaração da nulidade do ato administrativo de autuação e de imposição de multa ambiental, bem como seja declarado inexigível a dívida decorrentes da multa imposta. Com a inicial vieram os documentos.

A tutela provisória foi deferida.

Citado, o requerido apresentou contestação, sustentando que as fotos já anexadas aos autos comprovam a materialidade da infração. Requereu a improcedência da ação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Houve réplica.

Saneado o feito, foi determinada a produção de prova pericial, cujo laudo, do qual as partes se manifestaram, encontra-se acostado às fls. 142/151.

É O RELATÓRIO.

FUNDAMENTO E DECIDO.

A ação é improcedente.

De início, não há embasamento legal para que a multa venha a ser afastada. O laudo pericial concluiu que duas árvores, localizadas na Rua Prof. Eliza Artioli, foram totalmente suprimidas e que a restante, localizada na Rua Major Antonio Mariano Borba, teve sua copa suprimida em mais de 50%, enquadrando-se sua poda como excessiva ou drástica.

No mais, conforme jurisprudência firmada pelo Superior Tribunal de Justiça, as obrigações derivadas de degradação ambiental são de natureza *propter rem*, o que significa dizer que aderem ao título e acompanham a propriedade, prescindindo de boa ou má-fé do adquirente ou proprietário.

Ficou, portanto, plenamente demonstrada a infração praticada pela autora, pois não restou folha alguma na copa das árvores, mas tão somente o seus troncos e galhos, o que caracteriza a poda drástica, nos termos do art. 122, § 1º, do Código de Arborização Municipal.

Destarte, não cabia ao requerido conduta diversa da que tomou, isto é, lavrar o auto de infração e aplicar a multa prevista em lei, tudo em consonância com o princípio da legalidade.

De outro lado o fato de as árvores estarem em boas



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

condições atualmente, não elimina a ocorrência da poda drástica, uma vez que a poda nem sempre causa a morte da árvore.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, revogando-se a tutela antecipada concedida a fl. 68.

Arcará a autora com as custas e despesas processuais, bem como com os honorários advocatícios, que fixo em R\$ 1.000,00 (um mil reais), ressalvada a gratuidade.

P.I.C

Araraquara, 03 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**